

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.467.379 - PR (2019/0071850-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : ANTONIO FERNANDO SLOMP
AGRAVANTE : DILVA CANDIDA SLOMP BUSARELLO
AGRAVANTE : DELÉZIA LUGIA SLOMP
AGRAVANTE : DÉCIO CARLOS SLOMP
AGRAVANTE : EDA MARIA SLOMP
AGRAVANTE : ORLANDO BUSARELLO
AGRAVANTE : ORLANDO MANUEL MONTEIRO DE AZEVEDO
AGRAVANTE : SLOMP INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES
LTDA
AGRAVANTE : STELLA VILLAÇA RENAULT DE OLIVEIRA
AGRAVANTE : VILMA LUIZA SLOMP
ADVOGADOS : HAYLLA DOS REIS - PR062606
MURILO DE ABREU SANTOS - PR084822
AGRAVADO : DIOMAR ARACENKO
AGRAVADO : ADALBERTO DE ALMEIDA PINA
AGRAVADO : MARLENE SILVA DE CARVALHO
AGRAVADO : NESTOR MOREIRA DA SILVA
ADVOGADO : ADRIANO MICHALCZESZEN CORREIA - PR024906
INTERES. : LUCINETE DE OLIVEIRA
INTERES. : NELCELINO DE OLIVEIRA
INTERES. : VICELINO DE OLIVEIRA
INTERES. : ANDERSON FABIANO POTRIK
INTERES. : HENRIQUE DE OLIVEIRA
INTERES. : JOANA PAULA DO PRADO
INTERES. : JOSELINO DE OLIVEIRA
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por SLOMP INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de SLOMP INVESTIMENTOS IMOBILIARIOS E PARTICIPACOES LTDA, o recurso especial não foi instruído com a guia de custas devidas ao STJ e o respectivo comprovante de pagamento.

Ainda, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes ao subscritor do agravo e do recurso especial, Dr. Murilo de Abreu Santos.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Outrossim, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade no recolhimento do preparo e na representação processual. A parte, embora regularmente intimada para sanar referidos vícios, ficou-se inerte (fl. 456). Dessa forma, o recurso especial não foi devida e oportunamente preparado e a representação processual do recurso não foi regularizada, incidindo, na espécie, o disposto nas Súmulas n.º 115 e n.º 187 do STJ.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente